



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 62/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139-2024

INEXIGIBILIDADE Nº 34/2024

CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

01. DO PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS, através da sua **SECRETARIA DE GOVERNO**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CREDENCIAMENTO**, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 5.528/23, dentre outras cominações legais, e pelos princípios da supremacia do interesse público.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como no sítio da Prefeitura Municipal www.doiscorregos.sp.gov.br.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e do que lhes são correlatos (art. 5º da Lei 14.133/21).

INÍCIO DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 18/07/2024, às 00h01.
TÉRMINO DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 30/12/2024, às 23h59.
LOCAL: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL - www.licitardigital.com.br

02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

02.01. A presente licitação tem por objeto o credenciamento de Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

03.01. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Dois Córregos/SP, através do endereço eletrônico www.doiscorregos.sp.gov.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio do Almoxarifado Municipal em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

03.02. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

do Município¹. As demais condições constam do presente edital, seus anexos e minuta do contrato/ata de registro de preços (art. 37 da Constituição Federal).

03.02.01. A intimação em Diário Oficial será usada inclusive para efeitos de intimação quando o administrado se furta de sê-lo pessoalmente, devendo sempre informar seu paradeiro à administração (art. 363 do Código de Processo Penal).

03.02.02. Qualquer outra comunicação é facultativa pela Administração, sendo a regra a do Diário Oficial.

03.03. São deveres dos participantes exporem os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem ordenadas, sobretudo de ordem técnica e mercadológica, e colaborar com tudo o quanto for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos (art. 4º da Lei 9.784/99).

03.04. O ônus da prova em relação aos fatos alegados como seu direito compete ao administrado (art. 36 da Lei 9.784/99).

03.05. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

03.07. Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

04. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04.01. As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento com vigência no exercício de 2024, sob a classificação funcional programática e categoria econômica abaixo discriminada:

09.001 - Secretaria de Cultura e Turismo

13.392.0005.2236 - Classificação Funcional Programática
(Programa de Fomento aos Artistas Locais)

3.3.90.39.00 - Categoria Econômica
(Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.01. Poderão participar do processo de Credenciamento os interessados (Pessoas Jurídicas) que satisfaçam as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

¹ <http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/doiscorregos/>



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

05.01.01. Os participantes (PJ's) desta Chamada Pública devem possuir sede no Município de Dois Córregos/SP e estar em dia com as suas obrigações tributárias, incluindo, mas não se limitando a impostos municipais, estaduais e federais, contribuições previdenciárias e outras obrigações fiscais.

05.01.02. Além das obrigações tributárias, os participantes devem comprovar que possuem todos os alvarás, licenças e permissões necessárias para a execução de suas atividades, conforme as normas vigentes.

05.02. Não poderão participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

05.02.01. Que estejam constituídos sob a forma de consórcio, salvo se especificamente autorizado por este Edital, visto que a participação em consórcios pode comprometer a individualização das responsabilidades e a eficiência do processo de credenciamento.

05.02.02. Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer esfera federativa, ou suspensos de licitar ou impedidos de contratar com o Município de Dois Córregos/SP, enquanto durarem os efeitos da sanção. A comprovação da idoneidade deverá ser feita mediante apresentação de certidões negativas emitidas pelos órgãos competentes.

05.02.03. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. Tais situações indicam a incapacidade financeira e operacional da empresa para cumprir com suas obrigações contratuais.

05.02.03.01. Caso o credenciando se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar o plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo Poder Judiciário, garantindo que possui condições de retomar suas atividades de forma regular.

05.02.04. Que sejam empresas estrangeiras, a menos que o Edital preveja expressamente tal possibilidade, e desde que estas possuam autorização para funcionar no Brasil e atendam a todas as exigências legais aplicáveis.

05.02.05. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), incluindo todos os requisitos técnicos, financeiros e administrativos estabelecidos.

05.02.06. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, garantindo a integridade e legalidade do processo de credenciamento.

05.03. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital e no Decreto Municipal nº 5.528/23, não sendo admitidas quaisquer contestações posteriores a respeito das regras e exigências impostas.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

06. DO CREDENCIAMENTO

06.01. Para participação no certame, a participante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado pelo Município, qual seja o LICITAR DIGITAL, sendo observado o seguinte:

- a) O cadastramento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer credenciamento eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso; e
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do portal de compras públicas ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

06.02. Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

06.03. Caberá à participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

06.04. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, A PARTICIPANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

* Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

* Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

* Declaro que não possuo, em minha cadeira produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

* Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

*Sim, ME *Sim, EPP *Não, outros enquadramentos

06.05. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no sistema eletrônico LICITAR DIGITAL utilizado pelo Município para deflagrar o presente certame.

07. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

07.01. O interessado em participar do credenciamento deverá encaminhar, exclusivamente através da plataforma eletrônica indicada no preâmbulo deste edital, os documentos de habilitação constantes no item 08 do Termo de Referência (Anexo I).

07.02. Os documentos deverão ser digitalizados com boa qualidade, garantindo a legibilidade de todas as informações. O não cumprimento deste requisito poderá resultar na desclassificação do interessado.

07.03. Cada documento enviado deverá estar no formato PDF e nomeado de acordo com a sua descrição constante no Termo de Referência, a fim de facilitar a identificação e análise pela Comissão.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

07.04. Os interessados deverão acompanhar a confirmação de recebimento e validação dos documentos enviados através da plataforma eletrônica. Caso haja necessidade de complementação ou correção de documentos, a plataforma notificará o interessado, que terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar as devidas correções.

07.05. A Comissão se reserva o direito de solicitar documentos adicionais ou esclarecimentos, caso necessário, para garantir a correta avaliação dos interessados.

08. DO PRAZO DE ABERTURA

08.01. O presente credenciamento ficará aberto até 30/12/2024, a partir da data de sua emissão, permitindo que novos interessados possam se credenciar ao longo deste período.

08.02. Durante o período de abertura do credenciamento, os interessados poderão submeter suas propostas a qualquer momento, observando os prazos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.

08.03. O prazo acima aludido poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, mediante justificativa e publicação de aditivo ao edital, garantindo a continuidade e a ampliação da participação de novos interessados.

08.04. Ao término do período de credenciamento, não serão aceitas novas inscrições, salvo se houver prorrogação formalmente divulgada.

08.05. A qualquer momento dentro do período de vigência, a Administração Pública poderá realizar a análise e a homologação dos documentos de habilitação dos interessados, sendo possível a contratação imediata daqueles que cumprirem todos os requisitos estabelecidos.

08.06. É responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações e comunicados oficiais relativos ao credenciamento, disponíveis na plataforma eletrônica e nos canais oficiais do Município, para garantir o cumprimento dos prazos e requisitos.

09. DO VALOR

09.01. O valor da contratação decorrente do credenciamento consta no item 03 do Termo de Referência (Anexo I) e foi definido pelo Município mediante adoção de compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

09.02. O interessado em participar do credenciamento deverá aceitar os preços estabelecidos neste edital, comprometendo-se a fornecer os serviços ou produtos pelo valor fixado, sem possibilidade de negociação individual.

09.03. A aceitação dos preços estabelecidos implica na concordância com todas as condições econômicas e financeiras definidas pelo Município, sendo vedada qualquer reivindicação de reajuste ou revisão dos valores durante a vigência do credenciamento, salvo nas hipóteses previstas na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

10. DO RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.01. A documentação de habilitação deverá ser analisada de forma integral no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da manifestação no sistema, prorrogável uma vez por igual período, admitida a hipótese de solicitação de esclarecimentos, retificações e complementações da documentação do interessado.

10.02. A análise da documentação será conduzida pela comissão de contratação, que verificará a conformidade dos documentos apresentados com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.

10.03. Caso sejam identificadas inconsistências ou omissões na documentação apresentada, o interessado será notificado através da plataforma eletrônica para que, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, proceda à retificação ou complementação necessária. O não atendimento dentro do prazo poderá resultar na desclassificação do interessado.

10.04. Após decidir por deferir a habilitação do interessado, a comissão de contratação encaminhará os autos para a autoridade superior para homologação.

10.05. A decisão de deferimento será fundamentada, com base na análise da conformidade da documentação apresentada, e deverá ser formalizada por escrito, constando todas as informações relevantes que embasaram a decisão.

10.06. Os autos, contendo toda a documentação analisada e o parecer da comissão de contratação, serão encaminhados para a autoridade superior responsável pela homologação, que poderá solicitar informações adicionais, caso julgue necessário, antes de proceder à homologação.

10.07. A homologação será publicada na imprensa oficial do município, bem como no site eletrônico oficial, garantindo ampla transparência e publicidade ao resultado do credenciamento.

10.08. A publicação incluirá a lista de todos os interessados habilitados, os respectivos valores de contratação e quaisquer outras informações pertinentes, conforme exigido pela legislação vigente.

10.09. A partir da data de publicação da homologação, os interessados habilitados estarão aptos a celebrar contratos com o Município, observando-se as condições e prazos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

11. DOS RECURSOS

11.01. Eventuais recursos contra o resultado do credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da homologação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

11.02. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na plataforma eletrônica indicada, contendo os fundamentos jurídicos e a devida comprovação dos fatos alegados.

11.03. A análise dos recursos será realizada pela autoridade competente, que poderá solicitar pareceres técnicos ou jurídicos, se necessário, e decidirá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, comunicando o resultado aos interessados.

11.04. A decisão sobre os recursos será definitiva na esfera administrativa, não cabendo novos recursos ou revisões, salvo se surgirem fatos novos e relevantes que justifiquem a reabertura do processo.

11.05. A adjudicação será formalizada após a homologação e a resolução de eventuais recursos, garantindo a legalidade e a transparência do processo de credenciamento.

12. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

12.01. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado um Termo de Credenciamento individualizado, com vigência até 30/12/2024, podendo ser renovado pelo prazo de interesse e conveniência da Administração, desde que observada a reserva de recursos orçamentários e a depender do interesse público e do manifesto interesse das partes envolvidas.

12.02. A renovação do Termo de Credenciamento estará condicionada à avaliação do desempenho do credenciado e à necessidade continuada dos serviços ou produtos ofertados, garantindo a manutenção da qualidade e eficiência contratual.

12.03. O processo de renovação incluirá a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do credenciado, bem como a análise de eventuais pendências contratuais e administrativas.

12.04. A Secretaria de Governo convocará o credenciado para assinar o Termo de Credenciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A não celebração dentro do prazo estipulado resultará na perda do direito ao credenciamento.

12.05. A convocação será realizada por meio de notificação eletrônica.

12.06. O credenciado que deixar de cumprir as exigências do edital de credenciamento, dos termos de credenciamento e/ou dos contratos firmados com o Município será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos Art. 156 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

12.07. O processo de descredenciamento incluirá a notificação formal do credenciado, especificando as infrações cometidas e concedendo prazo para a apresentação de defesa e eventuais provas.

12.08. A decisão final sobre o descredenciamento será fundamentada e comunicada ao credenciado, podendo este recorrer administrativamente conforme os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

12.09. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao Município. A solicitação deverá ser formalizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, permitindo a devida organização e transição dos serviços ou produtos contratados.

12.10. A aceitação do pedido de descredenciamento estará condicionada à inexistência de pendências contratuais e administrativas, bem como à continuidade do serviço ou produto sem prejuízo para a Administração Pública.

12.11. As alterações unilaterais serão formalizadas por meio de aditivo contratual ou mero apostilamento, devidamente justificado e assinado pelas partes (quando aplicável), garantindo a transparência e a legalidade do processo.

13. DO DESCRENCIAMENTO

13.01. O credenciado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será descredenciado quando:

13.01.01. Descumprir as condições assumidas no Termo de Credenciamento, no edital ou em qualquer contrato firmado com a Administração Pública. Este descumprimento inclui, mas não se limita a falhas na qualidade dos serviços ou produtos fornecidos, atrasos injustificados, ou a não conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos.

13.01.02. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada pela Administração Pública. A recusa sem justificativa aceitável poderá ser considerada falta grave, prejudicando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos.

13.01.03. Deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. A ausência de assinatura poderá comprometer a execução do objeto contratado e a realização dos interesses públicos.

13.01.04. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública. As sanções incluem a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, bem como a declaração de inidoneidade.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

13.01.05. Apresentar documentação falsa ou omitir informações relevantes durante o processo de credenciamento, conforme apurado pela Administração.

13.02. O credenciado que se declarar impedido de atender às demandas poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, sendo seu deferimento automático, desde que não haja pendências contratuais ou administrativas.

13.02.01. A solicitação de descredenciamento deverá ser formalizada por escrito e enviada à Administração Pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, detalhando os motivos do impedimento e garantindo a continuidade dos serviços ou produtos até o deferimento do pedido.

13.02.02. O credenciado deverá assegurar que não haverá interrupção dos serviços ou produtos fornecidos durante o período de análise e deferimento do descredenciamento.

13.03. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, incluindo, mas não se limitando a:

13.03.01. Razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, que exijam a rescisão contratual.

13.03.02. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do contrato.

13.03.03. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos por parte do credenciado.

13.03.04. Desempenho insuficiente ou ineficaz do objeto contratado, verificado por meio de relatórios de fiscalização ou auditorias realizadas pela Administração Pública.

13.03.05. Paralisação da execução do contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração Pública.

13.03.06. Subcontratação total ou parcial do objeto contratado, associação do credenciado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação não admitida pela Administração Pública.

13.04. O processo de descredenciamento será formalizado por meio de ato administrativo, devidamente motivado e publicado na imprensa oficial do município e no site eletrônico oficial, garantindo ampla transparência e publicidade.

13.04.01. A Administração Pública notificará formalmente o credenciado sobre a decisão de descredenciamento, especificando os motivos e concedendo prazo para a apresentação de defesa.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

13.04.02. O credenciado terá direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar suas justificativas e provas em sua defesa antes da decisão final.

13.05. Após o credenciamento, o credenciado será impedido de participar de novos processos de credenciamento ou licitações com a Administração Pública pelo período estabelecido na decisão de credenciamento, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

14. DA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS

14.01. A convocação para a prestação dos serviços será realizada pela Prefeitura, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento (AF) que conterá todas as informações necessárias para a execução dos serviços.

14.02. O credenciamento realizado pela Administração Pública tem por objetivo fomentar o setor artístico cultural do Município através da prestação de serviços por agentes culturais que cumpram os critérios de qualidade, eficiência e legalidade exigidos, proporcionando segurança e confiança aos cidadãos.

14.03. Após o credenciamento, o papel da Administração Pública se limita à manutenção de um registro atualizado dos credenciados e à fiscalização do cumprimento dos requisitos estabelecidos no edital.

15. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

15.01. O preço dos serviços permanecerá inalterado durante todo o período de vigência do credenciamento, não havendo possibilidade de reajuste. A renovação do credenciamento dar-se-á sem qualquer ajuste de valores, independentemente de manifestação da CREDENCIADA.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.01. A execução dos serviços está sujeita a fiscalização por representantes da Prefeitura Municipal de Dois Córregos/SP. Estes representantes terão a responsabilidade de registrar todas as ocorrências em relatórios detalhados, cuja cópia será encaminhada à contratada com a finalidade de que sejam sanadas eventuais irregularidades apontadas.

16.01.01. Os relatórios de fiscalização incluirão descrições detalhadas das atividades inspecionadas, identificando não conformidades, sugerindo medidas corretivas e estabelecendo prazos para a resolução das irregularidades detectadas.

16.01.02. A contratada deverá responder aos relatórios de fiscalização dentro do prazo estabelecido, informando as ações corretivas adotadas e comprovando a resolução das não conformidades apontadas.

16.02. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato, nas especificações e em tudo o



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços em questão. A CONTRATADA aceita todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela fiscalização, julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

16.02.01. Em situações de dúvida ou omissão, a fiscalização poderá emitir orientações técnicas ou administrativas que deverão ser acatadas pela contratada, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

16.03. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Dois Córregos/SP em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.

16.03.01. A contratada permanece integralmente responsável pela execução dos serviços contratados, mesmo diante de orientações ou intervenções da fiscalização, devendo assegurar que todos os requisitos contratuais e normativos sejam rigorosamente cumpridos.

16.03.02. Qualquer falha ou irregularidade detectada pela fiscalização que não seja corrigida dentro dos prazos estabelecidos poderá resultar na aplicação de sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

16.04. Todos os serviços deverão atender às normas técnicas que regem seu segmento, incluindo, mas não se limitando a regulamentações federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como normas de qualidade e segurança pertinentes.

16.04.01. A contratada deverá manter-se atualizada sobre as normas técnicas aplicáveis e garantir que todos os seus procedimentos e serviços estejam em conformidade com as mesmas, promovendo treinamentos e capacitações periódicas para seus colaboradores.

16.04.02. Em caso de atualização ou alteração das normas técnicas, a contratada deverá adaptar imediatamente seus procedimentos e serviços para garantir a continuidade da conformidade normativa.

16.05. A fiscalização do cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas no edital de credenciamento será realizada pela Administração Pública, que poderá aplicar sanções e descredenciar os prestadores de serviço que não cumprirem os padrões estabelecidos.

16.05.01. A Administração Pública manterá registros detalhados das inspeções e ações de fiscalização realizadas, bem como das sanções aplicadas, assegurando a transparência e a rastreabilidade de todo o processo.

16.06. As sanções aplicáveis incluem advertências, multas, suspensão temporária e descredenciamento, conforme a gravidade das infrações e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.06.01. A aplicação de sanções será precedida de notificação formal à contratada, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os prazos e



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

16.06.02. Em casos de reincidência ou infrações graves, a Administração Pública poderá proceder ao descredenciamento da contratada, impedindo-a de participar de novos processos de licitação e credenciamento pelo período estabelecido na legislação.

16.07. Os beneficiários poderão relatar à Administração Pública qualquer irregularidade ou descumprimento das condições estabelecidas pelo prestador de serviço, contribuindo para a manutenção da qualidade e eficiência dos serviços credenciados.

16.07.01. A Administração Pública disponibilizará canais de comunicação eficientes, como ouvidorias e plataformas digitais, para que os beneficiários possam relatar irregularidades e descumprimentos de forma rápida e segura.

16.07.02. Todas as reclamações e relatos de irregularidades serão registrados e investigados pela Administração Pública, que tomará as medidas necessárias para corrigir as falhas e assegurar a conformidade dos serviços prestados.

16.08. A Administração Pública manterá um canal de comunicação aberto através da Ouvidoria para receber feedbacks e reclamações dos beneficiários, promovendo a transparência e a melhoria contínua do processo de credenciamento e prestação de serviços.

16.08.01. Os feedbacks recebidos serão analisados periodicamente, servindo de base para a implementação de melhorias nos processos de fiscalização, credenciamento e prestação de serviços, garantindo a satisfação dos beneficiários e a eficiência da Administração Pública.

16.08.02. A Administração Pública poderá realizar pesquisas de satisfação e auditorias regulares para avaliar a qualidade dos serviços prestados e identificar áreas de melhoria, promovendo a excelência no atendimento aos beneficiários.

17. DO PAGAMENTO

17.01. A CREDENCIANTE realizará o pagamento à CREDENCIADA nas condições e preços acordados, de forma eletrônica, por meio de débito em conta de livre movimentação da CREDENCIADA. O pagamento será efetuado conforme as disposições contratuais e os prazos estabelecidos no edital de credenciamento, visando assegurar a regularidade e pontualidade na remuneração pelos serviços prestados.

17.01.01. A CREDENCIADA deverá manter atualizados os dados bancários para recebimento dos pagamentos, garantindo a eficiência e a segurança das transações eletrônicas.

17.01.02. Em caso de divergências ou atrasos nos pagamentos, a CREDENCIADA poderá solicitar esclarecimentos à CREDENCIANTE, que deverá fornecer justificativas claras e documentadas, assegurando o direito à transparência e à regularização dos valores devidos.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

17.02. Caberá à CREDENCIANTE providenciar a emissão e distribuição dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) aos contribuintes, garantindo a correta arrecadação dos valores devidos conforme as normas tributárias municipais vigentes.

17.02.01. A emissão dos DAM's será realizada de acordo com os procedimentos administrativos e tecnológicos estabelecidos pela CREDENCIANTE, visando à simplificação e eficiência na cobrança dos tributos municipais.

17.03. A CREDENCIANTE se compromete a realizar os pagamentos dentro dos prazos legais e contratuais, assegurando à CREDENCIADA a manutenção de sua capacidade financeira e operacional para a continuidade dos serviços prestados.

17.04. É expressamente vedada a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira. A CREDENCIADA não poderá transferir ou ceder a terceiros seus direitos de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados pela CREDENCIANTE, garantindo a integridade e a responsabilidade direta sobre os serviços prestados.

17.04.01. Qualquer tentativa de cessão fiduciária de direitos creditícios será considerada violação contratual, sujeita a sanções conforme previsto na legislação aplicável e no edital de credenciamento.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.01. Não será exigida garantia contratual para a participação no processo de credenciamento.

18.02. A dispensa de garantia contratual não exime a CREDENCIADA de sua responsabilidade integral quanto à execução dos serviços conforme estabelecido no contrato de credenciamento e no edital.

18.03. A não exigência de garantia contratual não prejudica a aplicação de outras medidas de segurança e controle previstas na legislação e no edital, visando garantir a qualidade e regularidade dos serviços prestados.

18.04. Caso necessário, a CREDENCIANTE poderá estabelecer outras formas de controle e segurança financeira, compatíveis com a natureza e complexidade dos serviços contratados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a proteção dos interesses públicos.

18.05. Alternativas como seguros de responsabilidade civil, fiscalizações periódicas e retenções de pagamentos poderão ser adotadas pela CREDENCIANTE para mitigar riscos e garantir a adequada prestação dos serviços sem a necessidade de garantia contratual.

18.06. A dispensa de garantia contratual não implica em renúncia aos direitos da CREDENCIANTE em caso de descumprimento contratual pela CREDENCIADA. A



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

Administração Pública poderá adotar medidas administrativas e legais cabíveis para sanar eventuais irregularidades e assegurar o pleno cumprimento das obrigações estabelecidas.

18.07. A CREDENCIANTE reserva-se o direito de aplicar sanções, conforme previsto na legislação vigente, caso a CREDENCIADA não cumpra com suas obrigações contratuais, independentemente da ausência de garantia contratual.

18.08. A dispensa de garantia contratual será aplicável enquanto perdurar a vigência do contrato de credenciamento, podendo ser revista pela CREDENCIANTE mediante justificativa fundamentada e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.01. Comete infração administrativa o contratado que (Art. 92, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/21):

19.01.01. Der causa à inexecução parcial do contrato;

19.01.02. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.01.03. Der causa à inexecução total do contrato;

19.01.04. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.01.05. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.01.06. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.01.07. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.01.08. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.01.09. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.01.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.01.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

19.01.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei Federal nº 12.846/13 e/ou Art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

19.02. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

19.02.01. Advertência;

19.02.02. Multa;

19.02.03. Impedimento de licitar e contratar; e

19.02.04. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.03. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.03.01. A natureza e a gravidade da infração cometida.

19.03.02. As peculiaridades do caso concreto;

19.03.03. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.03.04. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.03.05. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

19.03.06. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.04. A sanção de multa será calculada da seguinte forma:

19.04.01. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), do valor total do contrato, por dia de paralisação ou falta constatada sem motivo justificado e relevante;

19.04.02. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o efetivo valor do contrato, por falta constatada ou serviço não aceito pela fiscalização, por dia, a partir da data em que a Contratada for notificada a fazer os necessários reparos ou substituir materiais;

19.04.03. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.04.04. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos; e

19.04.05. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item 12.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

19.05. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será procedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

19.05.01. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

19.05.02. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

19.05.03. As sanções de advertência, impedimento de licitação e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.05.04. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.05.05. - A aplicação das sanções previstas no Item 12.2. deste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.05.06. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.05.07. A aplicação das sanções de impedimento de licitação e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

19.05.08. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item acima será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

19.05.09. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.05.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.05.11. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

19.05.11.01. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item supramencionado;

19.05.11.02. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846/13; e

19.05.11.03. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

19.06. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.07. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.08. É dever da Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

19.09. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV, do “caput”, do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, o Poder Executivo, através da Comissão Sancionatória, disporá sobre a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos quando da elaboração de sua manifestação.

19.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

19.11. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.12.01. Reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12.02. Pagamento da multa.

19.12.03. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.

19.12.04. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

19.12.05. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.12.06. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.01. Qualquer participante interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital de credenciamento, exclusivamente por meio eletrônico indicado no edital, até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de publicação do presente certame.

20.02. As solicitações deverão ser fundamentadas e conter argumentos claros e objetivos que justifiquem a necessidade de esclarecimentos ou a impugnação, conforme o caso.

20.03. Caberá à comissão de contratação analisar e decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento do requerimento, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

20.04. Durante o processo de análise da impugnação, a comissão poderá solicitar informações adicionais às partes envolvidas, garantindo um exame completo e imparcial dos argumentos apresentados.

20.05. A decisão da comissão será fundamentada e comunicada aos interessados por meio eletrônico, respeitando os princípios da publicidade e da igualdade entre os participantes do processo de credenciamento.

20.06. Em caso de acolhimento da impugnação ao ato convocatório, será retificado o procedimento, assegurando que quaisquer irregularidades identificadas sejam corrigidas de forma a garantir a legalidade e a eficiência do processo.

20.07. A retificação do procedimento poderá incluir ajustes nos termos do edital, alterações nas condições de participação ou quaisquer outras medidas necessárias para corrigir as irregularidades identificadas.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.01. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de contratação de caráter *intuitu personae*.

21.01.01. A proibição de subcontratação visa assegurar que a CREDENCIADA assuma diretamente a responsabilidade pela execução dos serviços contratados, mantendo o controle integral sobre a qualidade e o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de credenciamento.

21.02. A violação das disposições sobre subcontratação poderá acarretar sanções previstas no contrato de credenciamento e na legislação aplicável, incluindo advertências, multas, suspensão temporária e rescisão do contrato, conforme a gravidade das infrações identificadas.

22. CONSULTAS, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

22.01. O Edital estará disponível para consulta por qualquer interessado através da plataforma Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.comprasgovernamentais.gov.br) e no sítio eletrônico oficial do Município de Dois Córregos/SP (www.doiscorregos.sp.gov.br).

22.02. O aviso de publicação do Edital será amplamente divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Poder Executivo Municipal de Dois Córregos/SP, além de ser afixado no quadro de avisos da Secretaria de Governo, localizada na Av. Gofredo Schilini, nº 245 - Vila Bandeirantes.

22.03. A entrega do Edital físico poderá ser requerida por interessados que não disponham de acesso à internet, mediante solicitação formal à Comissão de Credenciamento, durante o horário de expediente da Secretaria de Governo.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.01. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas de forma a ampliar a participação dos interessados, resguardando o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação pública.

23.01.01. A interpretação favorável à ampliação da disputa entre os licitantes busca promover um ambiente competitivo saudável, incentivando a participação de um maior número de interessados qualificados, conforme os critérios estabelecidos no edital para fomento artístico local.

23.02. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase do julgamento, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo solicitar pareceres técnicos de órgãos competentes para fundamentar suas decisões.

23.02.01. As diligências realizadas têm por objetivo assegurar a correta avaliação das propostas e da habilitação dos licitantes, garantindo a adequada instrução do processo e a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

23.03. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata, acessível a todos os participantes.

23.03.01. A correção de erros formais contribui para evitar a desclassificação injusta de licitantes por questões técnicas menores, assegurando a igualdade de condições entre os concorrentes e a lisura do processo licitatório.

23.04. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

23.05. Os licitantes assumem todos os custos relacionados à preparação e apresentação de suas propostas, sendo a Administração isenta de responsabilidade por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

23.06. O resultado deste certame será publicado no Diário Oficial do Município de Dois Córregos e no site oficial da Prefeitura Municipal (www.doiscorregos.sp.gov.br), garantindo a ampla divulgação e transparência dos resultados alcançados.

23.07. Todos os atos adicionais pertinentes a esta licitação que demandem divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município, assegurando a publicidade e o acesso público às informações relevantes do processo.

23.08. A homologação do resultado desta licitação não implica automaticamente em direito à contratação, reservando-se à Administração a análise final da conveniência e oportunidade para celebração de contrato (ou outro documento análogo).



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

23.09. Fica assegurado ao Município o direito de revogar ou anular, a qualquer momento, no todo ou em parte, esta licitação, conforme previsto na legislação vigente, com a devida comunicação aos participantes conforme os procedimentos estabelecidos.

23.10. Na ausência de expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização das etapas do certame nos prazos definidos neste edital, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantendo-se o mesmo horário e local previamente estabelecidos, salvo comunicação expressa em contrário pelo Agente de Contratação.

23.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se apenas os dias de expediente na Administração Municipal.

23.12. Os casos omissos neste processo licitatório serão solucionados pelo Agente de Contratação, assegurando-se a aplicação das normas pertinentes e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

23.13. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as disposições estabelecidas neste Edital, salvo disposição expressa em contrário.

24. DOS ANEXOS AO EDITAL

24.01. Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

24.01.01. Termo de Referência **(ANEXO I)**;

24.01.02. Estudo Técnico Preliminar **(ANEXO II)**;

24.01.03. Minuta do Termo de Credenciamento **(ANEXO III)**;

25. DO FORO

25.01. O Foro da Comarca de Dois Córregos será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação (art. 63 da Lei 13.105/15).

Dois Córregos, 16 de julho de 2024.

RUY DIOMEDES FAVARO
Autoridade Competente

LEONARDO GASPAROTO GAMBA
Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O objeto do presente Termo de Referência é a publicação de um Instrumento Convocatório de Credenciamento para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), possam se inscrever objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

1.2 - Os serviços mencionados nesta contratação podem ser considerados "comuns", de acordo com as características definidas no art. 6º da Nova Lei de Licitações e Contratos, em razão da sua natureza usual e de fácil disponibilidade no mercado.

1.3 - Esta contratação não se enquadra na categoria de "bem de luxo", conforme definido pelo Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, reforçando a sua essencialidade para o atendimento das demandas de saúde pública.

1.4 - Será possível credenciar-se até 31/12/2024, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, garantindo assim a temporalidade necessária para a execução dos serviços contratados, observada a reserva de recursos orçamentários.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente necessidade da Administração Pública é a publicação de um Instrumento Convocatório de Credenciamento para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), possam se inscrever objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

2.2 - Compete à Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Interesse Turístico o fomento artístico e cultural, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, especialmente no Artigo 23, incisos V e VI, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas culturais, bem como a proteção dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

2.3 - Além disso, a Lei Orgânica do Município inclui dispositivos específicos que detalham as responsabilidades municipais no incentivo e apoio à cultura, tais como a criação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, centros culturais e a promoção de eventos e atividades culturais.

2.4 - Pode ainda o Município desenvolver políticas públicas culturais, criar conselhos municipais de cultura, elaborar planos municipais de cultura e buscar parcerias com instituições públicas e privadas para promover o desenvolvimento artístico e cultural local.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

2.5 – No Município de Interesse Turístico de Dois Córregos, a prática do Orçamento Participativo é recorrente, possibilitando aos munícipes a votação de propostas que podem vir a ser inseridas nas peças orçamentárias deste órgão para execução no ano seguinte.

2.6 - Em 2022, uma das iniciativas aprovadas foi o “Fomento aos Artistas Locais”, que idealizou a disponibilização de chamamento público para o credenciamento destes e resultou no Chamamento Público n. 01/2023.

2.7 - Em 2023, quando da realização das audiências públicas temáticas para elaboração das Peças Orçamentárias, o projeto de “Fomento aos Artistas Locais” foi mantido para execução no exercício seguinte, motivo pelo qual se faz necessário a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente objetivando ampliarmos, cada vez, a gama de fomento aos diversos setores artísticos doiscorreguenses.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – A publicação de um Instrumento Convocatório de Credenciamento para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), possam se inscrever objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos é uma iniciativa que envolve diversos tipos de serviços e um volume significativo ações.

3.2 - Abaixo, apresentamos uma descrição detalhada das modalidades de serviços a serem prestados:

ITEM	MODALIDADE	DESCRIÇÃO
1	Artista Solo	Projetos de apresentação musical solo vocal ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
2	Dupla	Projetos de apresentação musical em dupla, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
3	Trio	Projetos de apresentação musical em trio, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
4	Quarteto	Projetos de apresentação musical em quarteto, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
5	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 5 a 7 integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

6	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 8 a 11 integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
7	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 12 ou mais integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
8	Contação de Histórias	Projetos de Contação de Histórias para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo com, no mínimo, 10 integrantes, visando oferecer experiências envolventes e educativas para todas as idades, promovendo a cultura e a imaginação com narrativas cuidadosamente selecionadas, buscamos estimular o interesse pela literatura, preservar tradições orais e fomentar a criatividade. Duração mínima: 60 minutos.
9	Lançamento de Livros	Projetos de Lançamento de Livros, abrangendo todas as etapas necessárias para a divulgação e promoção de uma nova obra literária, incluindo planejamento estratégico, organização de eventos de lançamento, assessoria de imprensa, marketing digital e criação de materiais promocionais, maximizando a visibilidade do autor e do livro, atingindo o público-alvo de maneira eficaz e impactante. No mínimo 100 cópias deverão ser disponibilizadas para o Município.
10	Sarau Literário	Projetos de Sarau Literário envolvendo a organização e a divulgação de eventos culturais que celebram a literatura e as artes, incluindo a curadoria de apresentações, gestão de participantes, criação de campanhas de marketing, assessoria de imprensa e coordenação de logística, proporcionando uma experiência rica e inspiradora para o público, destacando escritores, poetas e artistas locais. Duração mínima: 120 minutos. Participantes: 6 ou mais.
11	Espetáculo Teatral	Projetos de Espectáculos Teatrais, demonstrando predominância na área de artes cênicas, incluindo teatro infanto-juvenil, teatro musical, dentre outros, podendo ter como objeto a montagem e produção dos espetáculos e a realização de mostras e festivais. Duração mínima: 90 minutos. Participantes: 6 ou mais.
12	Espetáculo Circense	Projetos de Espectáculos Circenses, demonstrando predominância na área de artes cênicas, incluindo artistas, grupos ou trupes de circo, projetos sociais, desde que utilizem a linguagem circense, dentre outros, podendo ter como objeto a montagem, produção e circulação de espetáculos circenses e a realização de mostras e festivais. Duração mínima: 90 minutos. Participantes: 6 ou mais.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

13	Espetáculo de Dança	Projetos de Espectáculos de Apresentações de Dança, demonstrando predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea, danças urbanas, danças populares, danças modernas, danças clássicas, entre outras, podendo ter como objeto a produção de espetáculos de dança e a realização de mostras de dança. Duração mínima: 45 minutos. Participantes: 6 ou mais.
14	Espectáculos de Capoeira	Projetos de Espectáculos de Capoeira, abrangendo a organização e divulgação de eventos que celebrem essa expressão cultural brasileira, promovendo seu valor cultural, educativo e destacando a riqueza da capoeira. Duração mínima: 45 minutos. Participantes: 6 ou mais.
15	Criação e Produção de Cenários em Eventos	Projetos de Criação e Produção de Cenários em Eventos, para soluções completas e personalizadas para transformar qualquer espaço em uma experiência visualmente impactante, incluindo a concepção artística, design, construção, montagem e desmontagem de cenários temáticos, criando ambientes memoráveis que enriqueçam o evento e encantem o público, valendo-se do uso de materiais próprios de alta qualidade. Quantidade mínima de peças personalizadas: 50 unidades. Medidas médias de banners: 2,00 x 2,00 metros. Medidas médias de figuras: 90 centímetros.
16	Painel de Grafite/Muralismo (com material próprio)	Projetos de Painéis de Grafite/Muralismo para oferecimento de arte urbana personalizada para embelezar e transformar espaços públicos, incluindo concepção criativa, design, execução da arte e uso de materiais próprios de alta qualidade, com o objetivo de criar murais impactantes que refletem a identidade e a cultura do Município de Interesse Turístico de Dois Córregos, engajando a comunidade e valorizando o ambiente. Metragem mínima: 6,00 x 6,00 metros.
17	Teatro	Projetos de Oficinas/Vivências Teatrais, que proporcionem uma imersão na arte dramática, com atividades práticas que incluem improvisação, expressão corporal e técnicas de interpretação, guiadas por profissionais do teatro, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
18	Dança	Projetos de Oficinas/Vivências em Dança, objetivando o desenvolvimento do ensino e a exploração dos diversos tipos de dança, promovendo a expressão artística e o desenvolvimento físico através de correta instrução, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
19	Música	Projetos de Oficinas/Vivências Musicais, objetivando o aprendizado e o aprimoramento de habilidades musicais em diferentes instrumentos e estilos, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

		horas e emissão de certificados.
20	Circo	Projetos de Oficinas/Vivências Circenses, objetivando explorar habilidades circenses como acrobacias, malabarismo, equilibrismo e palhaçaria, proporcionando uma experiência divertida e educativa, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
21	Palestrante	Palestrante, de temas e segmentos diversos, objetivando inspirar e ser educativo, capaz de compartilhar conhecimentos e experiências para motivar e informar o público-alvo nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Duração mínima: 90 minutos.
22	Técnico de Som	Técnico de Som para instalação, manutenção e operação de som, objetivando sonorizar cerimônias de colação de grau, solenidade de certificação dos cursos técnicos e eventos de grande porte. Serviço de sonorização de alto padrão e qualidade, que atenda de forma adequada e seja composto por equipamentos que se destacam pela eficiência e potencialidade com estereofônico, mesa de 32 canais spriit, microfones shure, beta akg, senheiser, direct box quad gate klark tecnic, etc e que atenda as dimensões do local, onde será realizado o evento. (Os equipamentos deverão ser entregues, montados e testados com no mínimo 08 (oito) horas de antecedência ao início do evento de inauguração). A forma de contratação se dará por diária. INCLUÍ: 01 mesa de som de 32 canais; 01 processador compatível com o sistema; 01 equalizador compatível com o sistema; Conjunto de potências compatíveis com o sistema; 02 caixas de sub grave de 1600w cada ou similar; 02 caixas de médio/agudo de 400w cada ou similar; - 04 monitores (retorno) para palco de 300w cada ou similar; 06 microfones (over) com pedestais; 02 microfones sem fio; Cabeamento completo para o sistema em ótimo estado. Eventos com até 08 horas de duração.
23	Apresentador	Apresentador, dinâmico e carismático para conduzir eventos com profissionalismo, envolvendo o público através de uma comunicação clara e cativante nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Durante todo o evento. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados.
24	Recreador Infantil	Recreador Infantil, dedicado a criar e executar atividades lúdicas e educativas para crianças em eventos, ações sociais, festas, promovendo diversão e aprendizado nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

25	Fotógrafo	Fotógrafo, profissional e talentoso para capturar momentos com criatividade e técnica, proporcionando imagens de alta qualidade nos mais diversos eventos e projetos sociais promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Durante todo o evento. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados. Edição até 50 fotografias, em até 05 dias úteis após o evento.
26	Cameraman e Editor de Vídeos	Profissional de Filmagem e Edição de Vídeos para criar conteúdo visual dinâmico e impactante para eventos, documentários, produções audiovisuais, dentre outros, promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados. Edição até 10 minutos de vídeos, em até 05 dias úteis após o evento.
27	Acessibilidade em Libras (Intérprete de Língua de Sinais)	Intérpretes de Língua de Sinais, objetivando facilitar a comunicação efetiva entre pessoas portadoras de necessidades especiais e ouvintes em eventos, palestras, reuniões, dentre outros, promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Preço por hora de trabalho.
28	Guia de Turismo Regional	Guia de Turismo, objetivando compartilhar conhecimentos históricos e culturais, proporcionando experiências enriquecedoras e promovendo passeios e visitas a pontos turísticos locais. Preço por hora de trabalho.

3.3 - O pagamento pelos serviços prestados pelos artistas credenciados será realizado com base na sua efetiva execução. Os valores variam conforme a modalidade de prestação de serviço selecionada, conforme tabela abaixo:

ITEM	MODALIDADE	VALOR
1	Artista Solo	R\$ 692,77
2	Dupla	R\$ 1.546,77
3	Trio	R\$ 2.666,67
4	Quarteto	R\$ 3.142,29
5	Grupo Musical	R\$ 4.079,42
6	Grupo Musical	R\$ 5.256,51
7	Grupo Musical	R\$ 6.698,22
8	Contação de Histórias	R\$ 774,37
9	Lançamento de Livros	R\$ 681,03
10	Sarau Literário	R\$ 2.102,16
11	Espetáculo Teatral	R\$ 1.912,76
12	Espetáculo Circense	R\$ 1.986,09
13	Espetáculo de	R\$ 1.888,94



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

	Dança	
14	Espetáculos de Capoeira	R\$ 1.500,00
15	Criação e Produção de Cenários em Eventos	R\$ 4.452,99
16	Painel de Grafite/Muralismo (com material próprio)	R\$ 6.057,73
17	Teatro	R\$ 2.431,56
18	Dança	R\$ 2.345,24
19	Música	R\$ 2.227,58
20	Circo	R\$ 2.545,12
21	Palestrante	R\$ 1.050,46
22	Técnico de Som	R\$ 645,86
23	Apresentador	R\$ 556,44
24	Recreador Infantil	R\$ 119,93
25	Fotógrafo	R\$ 504,02
26	Cameraman e Editor de Vídeos	R\$ 593,49
27	Acessibilidade em Libras (Intérprete de Língua de Sinais)	R\$ 118,98
28	Guia de Turismo Regional	R\$ 208,15

3.4 - Essa estimativa representa uma análise cuidadosa e detalhada dos custos envolvidos, garantindo a adequação e a conformidade com as exigências legais e as melhores práticas de mercado, estando, a estimativa de despesas realizada durante este processo, anexada aos autos.

3.5 - O Credenciado prestará os serviços de forma exclusiva, observada a existência do caráter *intuitu personae* da contratação.

3.6 - A contratação do(s) artista(s), seja diretamente, seja por meio do representante exclusivo, será feita com base no valor proposto no subitem 3.3 deste Termo de Referência e o processo de pagamento apenas se iniciará a partir da conclusão das atividades designadas.

3.7 - Serão realizadas contratações para cada modalidade artística, conforme necessidade do evento a ser realizado. A efetivação da contratação está vinculada ao cumprimento das exigências estabelecidas no Edital.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

3.8 – A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo priorizará o rodízio de artistas para apresentações em cada seguimento e de acordo com o evento, proporcionando assim um processo mais dinâmico, imparcial e transparente. Além de evitar que um mesmo artista se apresente repetidamente em eventos promovidos pelo órgão.

3.9 - A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo apenas selecionará repetidas apresentações ou serviços caso não ache inscrições e/ou os credenciados não atendam às exigências necessárias para a prestação dos serviços contratados para a realização dos eventos durante a vigência deste Edital.

3.10 - Para efeito de abertura de processo de contratação, o(a) Credenciado(a) deverá estar com todas as Certidões Negativas de Débitos em dia, ou seja, não será contratado quem estiver inadimplente com as receitas em quaisquer de suas esferas.

3.10.1 - Se após a contratação e durante a execução do serviço e trâmite processual a Secretaria Municipal de Governo identificar que o (a) contratado (a) tenha contraído problemas de regularidade fiscal/jurídica que impeça a tramitação, ficará o mesmo impedido de receber, até que sejam sanadas todas as pendências.

3.11 - Os valores deste edital estão sujeitos aos descontos dos impostos incidentes na prestação do serviço, conforme legislação tributária vigente.

3.12 - A Secretaria Municipal de Governo não considerará as propostas que não atenderem a todas as condições deste credenciamento, por omissão, ou por discordância.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - As partes CREDENCIADAS são integralmente responsáveis pela execução direta do objeto contratual, sendo expressamente vedada qualquer forma de subcontratação ou delegação a terceiros.

4.2 - Não será exigida a garantia da contratação, considerando o baixo risco de inadimplência associado a este tipo de serviço.

4.3 - O Termo de Credenciamento, documento fundamental no processo licitatório, oferece uma descrição minuciosa das normas e diretrizes a serem seguidas para a execução das obrigações assumidas.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução dos serviços será realizada em estrita conformidade com as especificações detalhadas na tabela que alude o subitem 3.2 do presente Termo de Referência, devendo a CREDENCIADA observar rigorosamente tais disposições para assegurar a plena satisfação das exigências contratualmente estabelecidas.

5.2 - Serão de responsabilidade da CREDENCIADA:



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

5.2.1 - Atuar de forma que os serviços deste termo ocorram sem quaisquer vínculos com o Município de Dois Córregos que não sejam os resultantes deste termo de credenciamento.

5.2.2 - Atender as solicitações de fiscalização da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sem prejuízo de outros designados posteriormente pela própria secretaria.

5.2.3 - O CREDENCIADO se obriga a zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda vigência do Termo de Credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

5.2.4 - Se, no decorrer da vigência do Termo de Credenciamento, comprovar-se a má qualidade na prestação do serviço, obriga-se o CREDENCIADO a refazê-los, sem qualquer custo adicional.

5.2.5 - Toda apresentação será paga diretamente à empresa credenciada, que deverá estar diretamente vinculada ao artista. Além disso, fica a empresa credenciada responsável por custear todo o equipamento de som e luz, bem como pela montagem e desmontagem de todo aparato.

5.2.5.1 - Em se tratando de modalidade artística que envolva mais de um agente cultural, fica vedado o pagamento fracionado dos valores correspondentes, devendo a empresa credenciada, diretamente vinculada ao artista, responsabilizar-se pelos repasses dos recursos aos demais participantes.

5.2.6 - O Município de Interesse Turístico de Dois Córregos não se responsabilizará pelo pagamento fracionado dos valores correspondentes às modalidades artísticas que envolvam mais de um agente cultural, em observância à vedação supra.

5.3 - Serão de responsabilidade da CREDENCIANTE:

5.3.1 - Designar pessoa responsável para acompanhar a realização dos serviços contratados, sendo que o mesmo atestará a execução dentro das especificações da Nota de Empenho e do Contrato de Prestação de Serviços (ou documento análogo) e caso haja alguma divergência com o serviço solicitado e o entregue, solicitar a sua reexecução imediata.

5.3.2 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CREDENCIADA.

5.3.3 - Notificar, formal e tempestivamente, a CREDENCIADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

5.3.4 - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

5.3.5 - Comunicar prontamente a CREDENCIADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

5.3.6 - Comunicar à CREDENCIADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

5.3.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

5.3.8 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da CREDENCIADA, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

5.3.9 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6 - MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

6.1 - O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CREDENCIADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CREDENCIADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 - A execução do Termo de Credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de Credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 - Fiscalização Técnica:



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

6.7.1 - O fiscal técnico do Termo de Credenciamento acompanhará a execução do Termo de Credenciamento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Credenciamento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração);

6.7.2 - O fiscal técnico do Termo de Credenciamento anotar no histórico de gerenciamento do Termo de Credenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.7.3 - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Termo de Credenciamento emitirá notificações para a correção da execução do Termo de Credenciamento, determinando prazo para a correção;

6.7.4 - O fiscal técnico do Termo de Credenciamento informará ao GESTOR(A) do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Termo de Credenciamento nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Termo de Credenciamento comunicará o fato imediatamente ao GESTOR(A) do Termo de Credenciamento; e

6.7.6 - O fiscal técnico do Termo de Credenciamento comunicará ao GESTOR(A) do Termo de Credenciamento, em tempo hábil, o término do Termo de Credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.8 - Fiscalização Administrativa:

6.8.1 - O fiscal administrativo do Termo de Credenciamento verificará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e

6.8.2 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Termo de Credenciamento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao GESTOR(A) do Termo de Credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9 - GESTOR(A) do Termo de Credenciamento:

6.9.1 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de Credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Termo de Credenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Termo de Credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração;



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

6.9.2 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Termo de Credenciamento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.9.3 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.9.4 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CREDENCIADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.9.5 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.9.6 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e

6.9.7 - O GESTOR(A) do Termo de Credenciamento deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Termo de Credenciamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Termo de Credenciamento.

7 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 - A CREDENCIANTE realizará o pagamento à CREDENCIADA nas condições e preços acordados, de forma eletrônica, por meio de débito em conta de livre movimentação da CREDENCIADA. O pagamento será efetuado conforme as disposições contratuais e os prazos estabelecidos no edital de credenciamento, visando assegurar a regularidade e pontualidade na remuneração pelos serviços prestados.

7.2 - A CREDENCIADA deverá manter atualizados os dados bancários para recebimento dos pagamentos, garantindo a eficiência e a segurança das transações eletrônicas.

7.3 - Em caso de divergências ou atrasos nos pagamentos, a CREDENCIADA poderá solicitar esclarecimentos à CREDENCIANTE, que deverá fornecer justificativas claras e documentadas, assegurando o direito à transparência e à regularização dos valores devidos.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

7.4 - Caberá à CREDENCIANTE providenciar a emissão e distribuição dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) aos contribuintes, garantindo a correta arrecadação dos valores devidos conforme as normas tributárias municipais vigentes.

7.5 - A emissão dos DAM's será realizada de acordo com os procedimentos administrativos e tecnológicos estabelecidos pela CREDENCIANTE, visando à simplificação e eficiência na cobrança dos tributos municipais.

7.6. A CREDENCIANTE se compromete a realizar os pagamentos dentro dos prazos legais e contratuais, assegurando à CREDENCIADA a manutenção de sua capacidade financeira e operacional para a continuidade dos serviços prestados.

7.7. É expressamente vedada a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira. A CREDENCIADA não poderá transferir ou ceder a terceiros seus direitos de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados pela CREDENCIANTE, garantindo a integridade e a responsabilidade direta sobre os serviços prestados.

7.8. Qualquer tentativa de cessão fiduciária de direitos creditícios será considerada violação contratual, sujeita a sanções conforme previsto na legislação aplicável e no edital de credenciamento.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 - O fornecedor será selecionado mediante a realização de procedimento licitatório na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO**, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

8.2 - A execução do objeto contratual ocorrerá em estrita consonância com as diretrizes estabelecidas no **item 03** do presente documento, as quais delimitam os parâmetros e requisitos a serem observados durante a execução dos serviços.

8.3 - Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

8.3.1 - Habilitação jurídica:

8.3.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.3.1.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.3.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

constitutivo, estatuto ou Termo de Credenciamento social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.1.7 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.8 - Em se tratando de Programa de Fomento aos Artistas Locais, a sede da empresa deverá, **obrigatoriamente**, estar localizada no Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

8.3.2 - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.3.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

8.3.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e

8.3.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.2.6.1 - Em se tratando de prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Dois Córregos, fica dispensada a obrigatoriedade de apresentação da certidão mencionada, podendo, a Comissão de Credenciamento, buscar informações diretas junto à Secretaria Municipal da Fazenda para satisfazer a condição de credenciamento exigida.

8.3.3 - Qualificação econômico-financeira:

8.3.3.1 - Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.3.4 - Qualificação técnica:

8.3.4.1 - Clipping contendo: Release (pequeno texto com informação básica da ação), fotos e/ou vídeos, reportagens de internet, jornais, revistas ou de outros meios de comunicação, comprovando atuação artística musical.

9 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Comete infração administrativa o contratado que (Art. 92, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/21):

9.1.1 - Der causa à inexecução parcial do contrato.

9.1.2 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.1.3 - Der causa à inexecução total do contrato.

9.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

9.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

9.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

9.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

9.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei Federal nº 12.846/13 e/ou Art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

9.2.1 - Advertência.

9.2.2 - Multa.

9.2.3 - Impedimento de licitar e contratar.

9.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 - As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

9.3.6 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.4 - A sanção de multa será calculada da seguinte forma:

9.4.1 - Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), do valor total do contrato, por dia de paralisação ou falta constatada sem motivo justificado e relevante.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

9.4.2 - Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o efetivo valor do contrato, por falta constatada ou serviço não aceito pela fiscalização, por dia, a partir da data em que a CREDENCIADA for notificada a fazer os necessários reparos ou substituir materiais.

9.4.3 - Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.4.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos; e

9.4.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.5 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será procedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

9.5.1 - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

9.5.2 - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

9.5.3 - As sanções de advertência, impedimento de licitação e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

9.5.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5.5 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.5.6 - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

9.5.7 - A aplicação das sanções de impedimento de licitação e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.5.8 - Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item acima será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

9.5.9 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.5.10 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.5.11 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

9.5.11.1 - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item supramencionado;

9.5.11.2 - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846/13; e

9.5.11.3 - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

9.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.7 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

9.8 - É dever da Administração, no prazo máximo até 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.9 - Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV, do “caput”, do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, o Poder Executivo, através da Comissão Sancionatória, disporá sobre a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos quando da elaboração de sua manifestação.

9.10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

9.11 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

9.12.1 - Reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.12.2 - Pagamento da multa.

9.12.3 - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.

9.12.4 - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

9.12.5 - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.12.6 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas por recursos específicos consignados no Orçamento do Município, em estrita observância aos princípios da legalidade e da vinculação orçamentária, através da dotação orçamentária indicados no instrumento convocatório.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O presente escrito delinea a inaugural etapa da fase de planejamento, apresentando meticolosos estudos voltados à contratação de uma solução capaz de satisfazer a necessidade particular delineada abaixo.

1.2 - O escopo primordial consiste em conduzir uma análise minuciosa da demanda, almejando identificar, no espectro mercadológico, a solução mais apropriada para sua supressão, pautada no estrito acatamento das normativas vigentes e dos preceitos norteadores da Administração Pública.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 - A presente necessidade da Administração Pública é a publicação de um Instrumento Convocatório de Credenciamento para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), possam se inscrever objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

2.2 - Compete à Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Interesse Turístico o fomento artístico e cultural, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, especialmente no Artigo 23, incisos V e VI, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas culturais, bem como a proteção dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

2.3 - Além disso, a Lei Orgânica do Município inclui dispositivos específicos que detalham as responsabilidades municipais no incentivo e apoio à cultura, tais como a criação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, centros culturais e a promoção de eventos e atividades culturais.

2.4 - Pode ainda o Município desenvolver políticas públicas culturais, criar conselhos municipais de cultura, elaborar planos municipais de cultura e buscar parcerias com instituições públicas e privadas para promover o desenvolvimento artístico e cultural local.

2.5 – No Município de Interesse Turístico de Dois Córregos, a prática do Orçamento Participativo é recorrente, possibilitando aos munícipes a votação de propostas que podem vir a ser inseridas nas peças orçamentárias deste órgão para execução no ano seguinte.

2.6 - Em 2022, uma das iniciativas aprovadas foi o “Fomento aos Artistas Locais”, que idealizou a disponibilização de chamamento público para o credenciamento destes e resultou no Chamamento Público n. 01/2023.

2.7 - Em 2023, quando da realização das audiências públicas temáticas para elaboração das Peças Orçamentárias, o projeto de “Fomento aos Artistas Locais” foi mantido para execução



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

no exercício seguinte, motivo pelo qual se faz necessário a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente objetivando ampliarmos, cada vez, a gama de fomento aos diversos setores artísticos doiscorreguenses.

3 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 - Neste contexto, é importante ressaltar que a aplicação da Nova Lei de Licitações não se faz pertinente, uma vez que esta municipalidade já regulamentou sua implementação por meio do Decreto nº 5.528, datado em 22 de dezembro de 2023.

3.2 - Esta legislação, que estabelece os parâmetros para as contratações públicas, surge em um momento significativo, visto que o Plano Anual de Contratações está sendo elaborado pela primeira vez.

3.3 - Tal iniciativa tem por objetivo primordial normatizar as compras públicas para o exercício de 2025, evidenciando o compromisso da administração municipal com a transparência, a eficiência e a conformidade com as normativas legais vigentes.

3.4 - Todavia, importante destacar que existe a previsão orçamentária para custear eventuais contratações, como pretendido aferir com este ETP. Fato é que o objetivo do Plano de Contratações Anual foi atingido, vez que a proposta surgiu da participação popular, em audiência pública no ano de 2022, vindo a ser executada em 2023 e prolongada para 2024, ou seja, eivada de alto grau de planejamento.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A subcontratação do objeto contratual é estritamente vedada, o que significa que a empresa contratada não está autorizada a delegar a terceiros a execução das atividades previstas no contrato ou documento análogo, tanto pois, a prestação dos serviços se dá em caráter de *intuitu personae*.

4.1.1 - Essa medida visa assegurar a responsabilidade integral da contratada pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, evitando qualquer diluição ou desvirtuamento das obrigações assumidas perante a administração pública.

4.2 - No presente processo licitatório, não será exigida a apresentação de garantia da contratação por parte dos licitantes, em razão da natureza específica dos serviços a serem prestados, bem como o perfil dos potenciais prestadores de serviços.

4.2.1 - Dessa forma, busca-se simplificar o processo de participação na licitação, reduzindo eventuais barreiras à entrada de novos interessados, promovendo maior equidade.

4.3 - Adicionalmente, ressalta-se que o Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições do inciso XXIII do artigo 6º da Nova Lei de Licitações, o qual descreve detalhadamente as especificações técnicas e os requisitos para a contratação, e encontra-se anexo ao presente instrumento.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

4.3.1 - Sua elaboração cuidadosa e minuciosa visa garantir a clareza e a precisão das informações fornecidas aos licitantes, facilitando a compreensão dos termos e condições do contrato, ou de outro documento análogo, e promovendo a igualdade de oportunidades entre os participantes do certame.

5 – SERVIÇOS ESTIMADOS

5.1 - Abaixo, apresentamos uma descrição detalhada dos serviços a serem prestados:

ITEM	MODALIDADE	DESCRIÇÃO
1	Artista Solo	Projetos de apresentação musical solo vocal ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
2	Dupla	Projetos de apresentação musical em dupla, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
3	Trio	Projetos de apresentação musical em trio, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
4	Quarteto	Projetos de apresentação musical em quarteto, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
5	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 5 a 7 integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
6	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 8 a 11 integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
7	Grupo Musical	Projetos de apresentação musical em grupo de 12 ou mais integrantes, vocal e/ou instrumental, com duração mínima de 90 minutos, incluídos os equipamentos de som, luz, montagem e desmontagem de aparatos.
8	Contação de Histórias	Projetos de Contação de Histórias para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo com, no mínimo, 10 integrantes, visando oferecer experiências envolventes e educativas para todas as idades, promovendo a cultura e a imaginação com narrativas cuidadosamente selecionadas, buscamos estimular o interesse pela literatura, preservar tradições orais e fomentar a criatividade. Duração mínima: 60



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

		minutos.
9	Lançamento de Livros	Projetos de Lançamento de Livros, abrangendo todas as etapas necessárias para a divulgação e promoção de uma nova obra literária, incluindo planejamento estratégico, organização de eventos de lançamento, assessoria de imprensa, marketing digital e criação de materiais promocionais, maximizando a visibilidade do autor e do livro, atingindo o público-alvo de maneira eficaz e impactante. No mínimo 100 cópias deverão ser disponibilizadas para o Município.
10	Sarau Literário	Projetos de Sarau Literário envolvendo a organização e a divulgação de eventos culturais que celebram a literatura e as artes, incluindo a curadoria de apresentações, gestão de participantes, criação de campanhas de marketing, assessoria de imprensa e coordenação de logística, proporcionando uma experiência rica e inspiradora para o público, destacando escritores, poetas e artistas locais. Duração mínima: 120 minutos. Participantes: 6 ou mais.
11	Espetáculo Teatral	Projetos de Espectáculos Teatrais, demonstrando predominância na área de artes cênicas, incluindo teatro infanto-juvenil, teatro musical, dentre outros, podendo ter como objeto a montagem e produção dos espetáculos e a realização de mostras e festivais. Duração mínima: 90 minutos. Participantes: 6 ou mais.
12	Espetáculo Circense	Projetos de Espectáculos Circenses, demonstrando predominância na área de artes cênicas, incluindo artistas, grupos ou trupes de circo, projetos sociais, desde que utilizem a linguagem circense, dentre outros, podendo ter como objeto a montagem, produção e circulação de espetáculos circenses e a realização de mostras e festivais. Duração mínima: 90 minutos. Participantes: 6 ou mais.
13	Espetáculo de Dança	Projetos de Espectáculos de Apresentações de Dança, demonstrando predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea, danças urbanas, danças populares, danças modernas, danças clássicas, entre outras, podendo ter como objeto a produção de espetáculos de dança e a realização de mostras de dança. Duração mínima: 45 minutos. Participantes: 6 ou mais.
14	Espectáculos de Capoeira	Projetos de Espectáculos de Capoeira, abrangendo a organização e divulgação de eventos que celebrem essa expressão cultural brasileira, promovendo seu valor cultural, educativo e destacando a riqueza da capoeira. Duração mínima: 45 minutos. Participantes: 6 ou mais.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

15	Criação e Produção de Cenários em Eventos	Projetos de Criação e Produção de Cenários em Eventos, para soluções completas e personalizadas para transformar qualquer espaço em uma experiência visualmente impactante, incluindo a concepção artística, design, construção, montagem e desmontagem de cenários temáticos, criando ambientes memoráveis que enriqueçam o evento e encantem o público, valendo-se do uso de materiais próprios de alta qualidade. Quantidade mínima de peças personalizadas: 50 unidades. Medidas médias de banners: 2,00 x 2,00 metros. Medidas médias de figuras: 90 centímetros.
16	Painel de Grafite/Muralismo (com material próprio)	Projetos de Painéis de Grafite/Muralismo para oferecimento de arte urbana personalizada para embelezar e transformar espaços públicos, incluindo concepção criativa, design, execução da arte e uso de materiais próprios de alta qualidade, com o objetivo de criar murais impactantes que refletem a identidade e a cultura do Município de Interesse Turístico de Dois Córregos, engajando a comunidade e valorizando o ambiente. Metragem mínima: 6,00 x 6,00 metros.
17	Teatro	Projetos de Oficinas/Vivências Teatrais, que proporcionem uma imersão na arte dramática, com atividades práticas que incluem improvisação, expressão corporal e técnicas de interpretação, guiadas por profissionais do teatro, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
18	Dança	Projetos de Oficinas/Vivências em Dança, objetivando o desenvolvimento do ensino e a exploração dos diversos tipos de dança, promovendo a expressão artística e o desenvolvimento físico através de correta instrução, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
19	Música	Projetos de Oficinas/Vivências Musicais, objetivando o aprendizado e o aprimoramento de habilidades musicais em diferentes instrumentos e estilos, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
20	Circo	Projetos de Oficinas/Vivências Circenses, objetivando explorar habilidades circenses como acrobacias, malabarismo, equilibrismo e palhaçaria, proporcionando uma experiência divertida e educativa, para grupos formados pela Secretaria de Cultura e Turismo, com duração mínima de 80 horas e emissão de certificados.
21	Palestrante	Palestrante, de temas e segmentos diversos, objetivando inspirar e ser educativo, capaz de compartilhar conhecimentos e experiências para motivar e informar o público-alvo nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Duração mínima: 90 minutos.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

22	Técnico de Som	Técnico de Som para instalação, manutenção e operação de som, objetivando sonorizar cerimônias de colação de grau, solenidade de certificação dos cursos técnicos e eventos de grande porte. Serviço de sonorização de alto padrão e qualidade, que atenda de forma adequada e seja composto por equipamentos que se destacam pela eficiência e potencialidade com estereofônico, mesa de 32 canais spriit, microfones shure, beta akg, senheiser, direct box quad gate klark tecnic, etc e que atenda as dimensões do local, onde será realizado o evento. (Os equipamentos deverão ser entregues, montados e testados com no mínimo 08 (oito) horas de antecedência ao início do evento de inauguração). A forma de contratação se dará por diária. INCLUÍ: 01 mesa de som de 32 canais; 01 processador compatível com o sistema; 01 equalizador compatível com o sistema; Conjunto de potências compatíveis com o sistema; 02 caixas de sub grave de 1600w cada ou similar; 02 caixas de médio/agudo de 400w cada ou similar; - 04 monitores (retorno) para palco de 300w cada ou similar; 06 microfones (over) com pedestais; 02 microfones sem fio; Cabeamento completo para o sistema em ótimo estado. Eventos com até 08 horas de duração.
23	Apresentador	Apresentador, dinâmico e carismático para conduzir eventos com profissionalismo, envolvendo o público através de uma comunicação clara e cativante nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Durante todo o evento. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados.
24	Recreador Infantil	Recreador Infantil, dedicado a criar e executar atividades lúdicas e educativas para crianças em eventos, ações sociais, festas, promovendo diversão e aprendizado nos mais diversos eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados.
25	Fotógrafo	Fotógrafo, profissional e talentoso para capturar momentos com criatividade e técnica, proporcionando imagens de alta qualidade nos mais diversos eventos e projetos sociais promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Durante todo o evento. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados. Edição até 50 fotografias, em até 05 dias úteis após o evento.
26	Cameraman e Editor de Vídeos	Profissional de Filmagem e Edição de Vídeos para criar conteúdo visual dinâmico e impactante para eventos, documentários, produções audiovisuais, dentre outros, promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Eventos de até 04 horas de duração, inclusive sábados, domingos e feriados. Edição até 10 minutos de vídeos,



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

		em até 05 dias úteis após o evento.
27	Acessibilidade em Libras (Intérprete de Língua de Sinais)	Intérpretes de Língua de Sinais, objetivando facilitar a comunicação efetiva entre pessoas portadoras de necessidades especiais e ouvintes em eventos, palestras, reuniões, dentre outros, promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos. Preço por hora de trabalho.
28	Guia de Turismo Regional	Guia de Turismo, objetivando compartilhar conhecimentos históricos e culturais, proporcionando experiências enriquecedoras e promovendo passeios e visitas a pontos turísticos locais. Preço por hora de trabalho.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 - A Prefeitura Municipal de Dois Córregos/SP, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, está buscando publicação de um Instrumento Convocatório de Credenciamento para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), possam se inscrever objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

6.2 - A modalidade de licitação Chamamento Público, que busca o credenciamento dos artistas locais, permite a criação de um banco de dados organizado com informações detalhadas sobre os agentes culturais. Isso facilita o planejamento e a execução de eventos, atividades e programas culturais.

6.3 - Ter um cadastro atualizado de artistas locais agiliza o processo de contratação para eventos municipais, eliminando burocracias e simplificando a seleção de artistas qualificados.

6.4 - O credenciamento assegura que a seleção de artistas para projetos culturais seja feita de maneira transparente e justa, baseando-se em critérios pré-estabelecidos e conhecidos por todos os participantes.

6.5 - Ao priorizar artistas locais, o município promove o desenvolvimento econômico da região, fortalecendo a cadeia produtiva da cultura local e incentivando a permanência de talentos na comunidade.

6.6 - O credenciamento ajuda a reconhecer e valorizar a diversidade cultural do município, promovendo artistas que representam a identidade cultural local e contribuindo para a preservação e divulgação do patrimônio cultural.

6.7 - Com uma base de dados estruturada, é possível identificar necessidades de capacitação e desenvolvimento dos artistas, criando programas de formação contínua e apoio técnico.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

6.8 - O credenciamento cria uma rede de artistas que facilita a integração entre diferentes segmentos culturais, promovendo colaborações e intercâmbios que enriquecem o cenário cultural local.

6.9 - Um sistema de credenciamento permite o acompanhamento do impacto das políticas culturais e a avaliação contínua dos resultados, possibilitando ajustes e melhorias nos programas oferecidos.

6.10 - O credenciamento pode facilitar o acesso dos artistas a editais, incentivos e financiamentos públicos, garantindo que os recursos sejam distribuídos de forma mais eficiente e democrática.

6.11 - Com um cadastro de artistas, o Município pode promover e divulgar o trabalho dos credenciados em plataformas oficiais, eventos e publicações, aumentando a visibilidade e oportunidades para os artistas locais.

7 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Em estrita conformidade com o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, conduzimos uma pesquisa de preços no mercado, seguindo as diretrizes estabelecidas no § 1º e subseqüentes do art. 23 da referida legislação.

7.2 - Nesse processo, definiu-se que o pagamento pelos serviços artísticos culturais prestados pelos credenciados será com base nas apresentações realizadas. Os valores variam conforme a modalidade artista, com referência à tabela abaixo:

ITEM	MODALIDADE	VALOR
1	Artista Solo	R\$ 692,77
2	Dupla	R\$ 1.546,77
3	Trio	R\$ 2.666,67
4	Quarteto	R\$ 3.142,29
5	Grupo Musical	R\$ 4.079,42
6	Grupo Musical	R\$ 5.256,51
7	Grupo Musical	R\$ 6.698,22
8	Contação de Histórias	R\$ 774,37
9	Lançamento de Livros	R\$ 681,03
10	Sarau Literário	R\$ 2.102,16
11	Espetáculo Teatral	R\$ 1.912,76
12	Espetáculo Circense	R\$ 1.986,09
13	Espetáculo de Dança	R\$ 1.888,94
14	Espetáculos de	R\$ 1.500,00



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

	Capoeira	
15	Criação e Produção de Cenários em Eventos	R\$ 4.452,99
16	Painel de Grafite/Muralismo (com material próprio)	R\$ 6.057,73
17	Teatro	R\$ 2.431,56
18	Dança	R\$ 2.345,24
19	Música	R\$ 2.227,58
20	Circo	R\$ 2.545,12
21	Palestrante	R\$ 1.050,46
22	Técnico de Som	R\$ 645,86
23	Apresentador	R\$ 556,44
24	Recreador Infantil	R\$ 119,93
25	Fotógrafo	R\$ 504,02
26	Cameraman e Editor de Vídeos	R\$ 593,49
27	Acessibilidade em Libras (Intérprete de Língua de Sinais)	R\$ 118,98
28	Guia de Turismo Regional	R\$ 208,15

7.2.1 - Essa estimativa representa uma análise cuidadosa e detalhada dos custos envolvidos, garantindo a adequação e a conformidade com as exigências legais e as melhores práticas de mercado.

7.3 - Além disso, é importante ressaltar que a estimativa de despesas realizada durante este processo se encontra devidamente documentada e anexa ao presente Estudo de Técnico Preliminar.

7.4 - Essa documentação, elaborada com base em critérios técnicos sólidos e informações atualizadas do mercado, oferece uma visão abrangente e transparente dos custos envolvidos na contratação, proporcionando uma base sólida para o planejamento e a tomada de decisões.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 - Diante do exposto, verificou-se o **CREDENCIAMENTO** para todos aqueles que, Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), que possam vir a se inscrever objetivando o fomentar o desenvolvimento artístico local com a realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

Córregos, é a abordagem estratégica e mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Dois Córregos/SP, conduzida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

8.2 - O processo de credenciamento permite que a administração pública selecione todos os interessados qualificados e tecnicamente aptos para realizarem apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

8.3 - Dessa forma, nota-se que não haverá “competição” entre os interessados, pois o objetivo central da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é o fomento ao setor artístico.

8.4 - Em resumo, o credenciamento se apresenta como uma solução estratégica para a Prefeitura de Dois Córregos/SP, alinhada com os princípios de eficiência, economicidade e transparência na gestão pública, garantindo a qualidade e continuidade de um projeto iniciado através do Orçamento Participativo, mas que também promove uma gestão responsável dos recursos públicos em benefício da comunidade local.

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1 - O objetivo do presente estudo é encontrar a melhor alternativa para o fomento artístico do Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

9.2 - Todos os materiais relacionados no item 5.1 do presente ETP comumente classificam-se como “*prestações de serviços*”.

9.3 - Ainda que existam semelhanças mercadológicas, ao analisarmos individualmente verificamos características e peculiaridades distintas, as quais impossibilitam que sejam agrupados em um único lote de disputa. Todavia, isto se mostra devidamente vantajoso para o objetivo central da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

9.4 - A divisibilidade dos itens em procedimentos licitatórios encontra amparo na legislação, bem como na jurisprudência dos órgãos fiscalizadores.

9.5 - Em atenção aos fatores acima relacionados, concluímos que é indispensável que o credenciamento se dê através de itens, evitando limitações desnecessárias à participação dos interessados.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A eficácia da contratação será meteticulosamente avaliada através do investimento financeiro que se pretende realizar.

10.2 - A população doiscorreguense, através da boa prática do Orçamento Participativo, priorizou investimentos na cultura de nossa cidade, o que levou o Município de Interesse Turístico de Dois Córregos a encontrar mecanismos que levassem ao fomento deste importante setor.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

10.3 - Fomentar o setor cultural e artístico em uma cidade com potencial turístico traz diversos benefícios, tanto econômicos quanto sociais e culturais.

10.4 - Atrações culturais e eventos artísticos atraem turistas, aumentando o fluxo de visitantes e, conseqüentemente, a receita gerada pelo turismo.

10.5 - A expansão do setor cultural e artístico cria empregos diretos e indiretos, desde artistas e organizadores de eventos até serviços de apoio como hospedagem, alimentação e transporte.

10.6 - Pequenos negócios, como lojas de artesanato, galerias de arte, restaurantes e cafés, se beneficiam do aumento do turismo cultural.

10.7 - O desenvolvimento do setor cultural e artístico diversifica a economia local, reduzindo a dependência de setores tradicionais e promovendo a sustentabilidade econômica.

10.8 - Eventos culturais e artísticos promovem a interação social e o engajamento comunitário, fortalecendo a coesão social e o sentimento de pertencimento entre os residentes.

10.9 - Programas culturais e artísticos oferecem oportunidades educativas, tanto formais quanto informais, para a população, enriquecendo o conhecimento e as habilidades locais.

10.10 - O acesso à cultura e à arte é uma ferramenta poderosa para a inclusão social, proporcionando oportunidades para grupos marginalizados ou desfavorecidos.

10.11 - Investir no setor cultural e artístico ajuda a preservar e promover a herança cultural e as tradições locais, valorizando a identidade e a história da comunidade.

10.12 - O estímulo à cultura e à arte fomenta a criatividade e a inovação, que podem se espalhar para outros setores da economia e da sociedade.

10.13 - Uma cidade vibrante culturalmente se torna mais atraente não só para turistas, mas também para novos residentes e investidores, que veem na diversidade cultural um sinal de dinamismo e qualidade de vida.

10.14 - Além disso, será de suma importância instituir um rigoroso monitoramento da ocorrência de itens desertos e/ou fracassados no credenciamento. Tais ocorrências podem servir como indicativos cruciais de possíveis falhas ou lacunas na fase preparatória do processo, destacando áreas que demandam ajustes ou aprimoramentos.

10.15 - Dessa forma, a identificação precoce desses sinais sutis possibilitará correções oportunas e eficazes, assegurando a efetividade e transparência do processo licitatório.

11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

11.1 - Preparar-se para a fase de execução contratual requer um esforço proativo da administração, envolvendo a capacitação aprofundada de gestores e fiscais designados. Estes profissionais devem possuir uma compreensão abrangente das nuances legais, operacionais e éticas inerentes ao contrato.

11.2 - Além de zelar pela legalidade e eficiência, eles têm a responsabilidade de promover a transparência, prevenir irregularidades e assegurar uma gestão responsável e eficaz dos recursos públicos. Esta preparação não se limita apenas à compreensão dos termos contratuais, mas também abrange a familiarização com os processos de monitoramento, relatórios e comunicação entre as partes interessadas.

11.3 - A postura proativa e vigilante desses profissionais é crucial para identificar prontamente desvios ou problemas e implementar soluções ágeis e adequadas. Através dessa abordagem, é possível garantir não apenas a conformidade legal, mas também a maximização do valor agregado ao contrato, promovendo a confiança pública e o interesse geral.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 - Após uma análise criteriosa, não se constatou a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes, definidas como aquelas cujos objetos apresentam semelhanças ou correspondências entre si.

12.2 - Essa ausência de contratações similares ou que possuam uma relação de dependência entre seus objetivos ressalta a singularidade e a especificidade da presente contratação, reforçando a necessidade de um planejamento e execução cuidadosos e sob medida para atender às demandas exclusivas do projeto em questão.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - Atualmente, o Município de Dois Córregos ocupa o décimo lugar no prestigioso ranking do "Programa VerdeAzul", uma iniciativa de destaque promovida pelo governo do estado de São Paulo, no Brasil. Este programa é dedicado à gestão ambiental e ao fomento do desenvolvimento sustentável em todas as esferas da sociedade.

13.2 - Tal posicionamento reflete não apenas o compromisso do governo municipal com a preservação ambiental, mas também sua capacidade de implementar estratégias eficazes para mitigar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades e contratações.

13.3 - Entre essas estratégias, destacam-se iniciativas como a separação de resíduos recicláveis para coleta seletiva, bem como a operação de um Ecoponto Municipal, cujo propósito é facilitar o descarte adequado de materiais passíveis de reutilização.

13.4 - Essas ações não só demonstram o engajamento ativo do poder público local na busca por práticas mais sustentáveis, mas também contribuem significativamente para a



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

promoção de uma cultura ambientalmente consciente e responsável entre os cidadãos e as empresas da região.

13.5 - O objetivo do presente credenciamento é fomentar o setor cultural e turístico do Município através de apresentações artísticas. O turismo cultural de mostra uma forma de turismo sustentável, menos impactante ao meio ambiente em comparação com outras formas de turismo massivo, como o turismo de praia ou de aventura.

14 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 - Após uma análise exaustiva realizada no presente instrumento, emerge uma conclusão inequívoca: a contratação se revela não apenas viável, mas também altamente promissora em termos de disponibilidade de mercado. Esta conclusão é respaldada pela ausência de quaisquer obstáculos significativos que possam comprometer a continuidade e o sucesso do processo contratual em questão. Tal constatação não só fortalece a confiança na efetividade do projeto, mas também sugere um cenário propício para a realização de uma contratação bem-sucedida, capaz de atender às demandas e expectativas da administração municipal e, por conseguinte, da comunidade local.

14.2 - Por outro lado, é crucial ressaltar que a prestação de serviços delineada no presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, conforme estabelecido pela Lei nº 12.527, datada de 18 de novembro de 2011.

14.3 - Nesse contexto, a transparência e a acessibilidade às informações são princípios fundamentais que devem reger o processo, assegurando a integridade e a legitimidade das operações realizadas. Esta clareza normativa não apenas reforça o compromisso do poder público com a transparência e a prestação de contas, mas também fortalece a confiança da sociedade na lisura e na legitimidade das ações governamentais.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº ____-2024

INEXIGIBILIDADE Nº 34/2024

CREDENCIAMENTO nº 01/2024

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de Dois Córregos, Estado de São Paulo, na Praça Francisco Simões, S/Nº - Centro, CEP 17.300-055, inscrito no CNPJ/MF sob n. 45.671.120/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **RUY DIOMEDES FAVARO**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade R.G. n. [REDACTED] SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n. [REDACTED], através de seu órgão executivo municipal doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**; e

CREDENCIADA: _____ (RAZÃO SOCIAL), pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade e comarca de _____, Estado de _____, na _____, nº _____, - _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato devidamente representado pelo Sr.(a) _____, brasileiro, portador do documento de identidade R.G. nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada **CREDENCIADA**, fica justo e acordado, perante as duas testemunhas, abaixo assinadas e nomeadas, o seguinte:

1ª - DO OBJETO DO CONTRATO - O objeto deste instrumento é o credenciamento de Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam este credenciamento, independentemente de transcrição, os documentos constantes na fase interna e externa do procedimento licitatório em epígrafe.

2ª - DO PAGAMENTO - A CREDENCIANTE realizará o pagamento à CREDENCIADA nas condições e preços acordados, de forma eletrônica, por meio de débito em conta de livre movimentação da CREDENCIADA.

2.1. A CREDENCIADA deverá manter atualizados os dados bancários para recebimento dos pagamentos, garantindo a eficiência e a segurança das transações eletrônicas.

2.2. Em caso de divergências ou atrasos nos pagamentos, a CREDENCIADA poderá solicitar esclarecimentos à CREDENCIANTE, que deverá fornecer justificativas claras e documentadas, assegurando o direito à transparência e à regularização dos valores devidos.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

2.3. Caberá à CREDENCIANTE providenciar a emissão e distribuição dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) aos contribuintes, garantindo a correta arrecadação dos valores devidos conforme as normas tributárias municipais vigentes.

2.4. A emissão dos DAM's será realizada de acordo com os procedimentos administrativos e tecnológicos estabelecidos pela CREDENCIANTE, visando à simplificação e eficiência na cobrança dos tributos municipais.

2.5. A CREDENCIANTE se compromete a realizar os pagamentos dentro dos prazos legais e contratuais, assegurando à CREDENCIADA a manutenção de sua capacidade financeira e operacional para a continuidade dos serviços prestados.

2.6. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

09.001 - Secretaria de Cultura e Turismo

13.392.0005.2236 - Classificação Funcional Programática
(Programa de Fomento aos Artistas Locais)

3.3.90.39.00 - Categoria Econômica
(Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

3ª - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E SUA EXTINÇÃO - Este instrumento vigorará até 30/12/2024 a contar da data de sua assinatura ou até o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, o que ensejará em sua extinção.

4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE - Todas as atribuições previstas no Termo de Referência vinculado à Credenciamento nº 01/2024 e Processo Administrativo nº 139-2024.

5ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA - Todas as atribuições previstas no Termo de Referência vinculado à Credenciamento nº 01/2024 e Processo Administrativo nº 139-2024.

6ª - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - Todas as infrações e sanções previstas no Termo de Referência vinculado à Credenciamento nº 01/2024 e Processo Administrativo nº 139-2024.

7ª - DA SUBCONTRATAÇÃO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de contratação de caráter *intuitu personae*.

7.1 A proibição de subcontratação visa assegurar que a CREDENCIADA assuma diretamente a responsabilidade pela execução dos serviços contratados, mantendo o controle integral sobre a qualidade e o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de credenciamento.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

7.2 A violação das disposições sobre subcontratação poderá acarretar sanções previstas no contrato de credenciamento e na legislação aplicável, incluindo advertências, multas, suspensão temporária e rescisão do contrato, conforme a gravidade das infrações identificadas.

8ª - DA CESSÃO DE CRÉDITO - É expressamente vedada a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8.1. A CREDENCIADA não poderá transferir ou ceder a terceiros seus direitos de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados pela CREDENCIANTE, garantindo a integridade e a responsabilidade direta sobre os serviços prestados.

8.2. Qualquer tentativa de cessão fiduciária de direitos creditícios será considerada violação contratual, sujeita a sanções conforme previsto na legislação aplicável e no edital de credenciamento.

9ª - DO REAJUSTE - O preço dos serviços permanecerá inalterado durante todo o período de vigência do credenciamento, não havendo possibilidade de reajuste. A renovação do credenciamento dar-se-á sem qualquer ajuste de valores, independentemente de manifestação da CREDENCIADA.

10ª - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da pactuação deste contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.3. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CREDENCIADA.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CREDENCIADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever da CREDENCIADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

10.6. A CREDENCIADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. A CREDENCIANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CREDENCIADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. A CREDENCIADA deverá prestar, no prazo fixado pela CREDENCIANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11ª - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12ª - DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão decididos pela CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13ª - DAS ALTERAÇÕES - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14ª - DA VINCULAÇÃO AO CREDENCIAMENTO - O Presente contrato está vinculado à Credenciamento nº 01/2024 e Processo Administrativo nº 139-2024.

15ª - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL - Fica designado o(a) servidor(a) _____ como Gestor(a); o(a) servidor(a) _____ como Fiscal Técnico(a); e o(a) servidor(a) _____ como Fiscal Administrativo(a) do presente instrumento contratual.

16ª - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstos na Lei nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

17ª - DO FORO - Fica eleito o foro da Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste TERMO DE CREDENCIAMENTO que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por assim se acharem justos, firmam o presente instrumento, assinando-o digitalmente e aceitando-o em todos os termos, perante duas testemunhas, para que produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Dois Córregos, ____ de _____ de 20____.

RUY DIOMEDES FAVARO
Prefeito Municipal de Dois Córregos

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

Nome Completo

R.G. nº _____

Nome Completo

R.G. nº _____



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS.

CREDENCIADA: _____.

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº ____/2024.

OBJETO: Credenciamento de Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela ÓRGÃO GERENCIADOR está cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do DETENTORA DA ATA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Dois Córregos, ____ de _____ de 2024.



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Ruy Diomedes Favaro

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: [REDACTED]

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Ruy Diomedes Favaro

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:

Nome: Ruy Diomedes Favaro

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Pela CREDENCIADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA ÓRGÃO GERENCIADOR:

Nome: Ruy Diomedes Favaro

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: [REDACTED]

Assinatura:



MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

ÓRGÃO GERENCIADOR: **MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS.**

CNPJ: **45.671.120/0001-59.**

CREDENCIADA: _____.

CNPJ: _____.

VALOR: **R\$** _____ (_____).

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº (DE ORIGEM): ____/2024.

DATA DA ASSINATURA: ____/____/2024.

VIGÊNCIA: ____ (____) meses.

OBJETO: Credenciamento de Técnicos e Profissionais de Artes e Cultura (Pessoas Jurídicas), objetivando o fomento dos artistas locais, para realização de apresentações musicais e culturais em eventos promovidos pelo Município de Interesse Turístico de Dois Córregos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Dois Córregos, ____ de _____ de 2024.

LEONARDO GASPAROTO GAMBA

Secretário de Governo